



Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

Instituto de Humanidades - IH

Curso de Bacharelado em Humanidades - BHU

FELIPE TABOSA DA SILVA

**EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: A LEI 10.639/03/2003, OS
IMPACTOS E OS DESAFIOS 20 ANOS DEPOIS**

**ACARAPE – CEARÁ
2021**

FELIPE TABOSA DA SILVA

**EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: A LEI 10.639/03/2003, OS
IMPACTOS E OS DESAFIOS 20 ANOS DEPOIS**

Trabalho de Conclusão Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira, UNILAB – Campus Ceará.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jacqueline da Silva Costa

**Acarape, Ceará
2021**

FELIPE TABOSA DA SILVA

**EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: A LEI 10.639/03/2003, OS
IMPACTOS E OS DESAFIOS 20 ANOS DEPOIS**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jacqueline da Silva Costa
(Orientadora) (UNILAB/Ceará)

Profa. Dra. Rebeca de Alcântara e Silva Meijer
Examinadora Interna
(UNILAB/Ceará)

Profa. Ma. Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento
Examinadora Externa
(UFC/Ceará)

Prof. Dr. Luiz Fernando de França (examinador externo)
Examinadora Externa
(UFOPA/Para)

RESUMO

O presente projeto tem como objetivo investigar os impactos da Lei 10.639/2003 nas escolas da rede pública e os desafios no qual ainda enfrenta para aplicação de uma Educação para as Relações étnico-raciais. Muitos desafios foram enfrentados durante esses últimos 20 anos que a lei foi sancionada, a formação dos professores e a não busca por autoatualização, a rigidez dos currículos, a não valorização das diferenças em sala de aula são algumas das problemáticas ainda encaradas e dificultam que as mudanças sejam feitas de forma efetiva. O livro didático também se torna objeto para pesquisa, analisando como está sendo retratada a história e a imagem do povo negro. A investigação dialoga com intelectuais e pesquisadores (as) negros (as), que tem dedicado a sua produção intelectual acerca de uma educação para as relações étnico-raciais na escola e também nas universidades públicas brasileiras e nas universidades pertencentes aos países do Sul, visando a construção de uma proposta de educação decolonial.

Palavras-chave: Educação - Relações Étnico-Raciais - Lei 10.639/2003 - Antirracismo

*“A educação como prática da liberdade é um jeito
de ensinar que qualquer um pode aprender”*

(bell hooks)

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a mulher que me trouxe ao mundo, minha mãe Maria Odetiza Tabosa, a pessoa que mais me incentiva na vida acadêmica. Desde muito cedo ela sempre esteve muito preocupada com a educação de seus filhos, fazendo tudo que estava ao seu alcance para que eu e meu irmão tivéssemos uma educação de qualidade. Agradeço por todos os esforços, por todas as advertências, por nunca ter desistido da nossa educação e isso nos fez não desistir de trilhar esse caminho. Agradeço também por ser uma base, por ser acolhedora quando mais precisei, obrigado por tanto amor.

Quero agradecer a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), por ser essa instituição inovadora, por seu currículo libertador, por formar profissionais capacitados e críticos. Quero agradecer também a todos os professores e professoras no qual tive a oportunidade de poder aprender durante todo o curso de Bacharelado em Humanidades, grato pelos ensinamentos repassados. Um agradecimento especial à minha orientadora, a Professora Dr^a Jacqueline Costa, obrigado por ter abraçado esse projeto junto comigo e por ter acreditado na importância do mesmo. Obrigado pelos ensinamentos e por ser essa mulher paciente e sábia, grato pelas inspirações.

À minha família, ao meu pai Edivando Paulino e ao meu irmão Gabriel Tabosa. A minha avó paterna, Dona Tieta, que hoje não se encontra mais aqui mas que deixou boas lembranças e grande amor para sua família. A minha avó materna, Dona Odete, por tanto amor e por sempre acreditar em mim. Aos meus avôs, dois homens que me ensinam a não desistir. As minhas tias, tios, primas e primos. À toda minha família por ser a base de que eu preciso.

Quero agradecer as amigas que são grandes companheiros e companheiras na minha vida. A Thamiris Oliveira, que tive a chance de conhecer ainda nos meus anos de escola e que trago sua amizade comigo até hoje, mesmo que as nossas rotinas tenha feito não estarmos presentes fisicamente com a mesma frequência de anos atrás, mas o carinho permanece.

As minhas grandes companheiras no BHU, Aryanne Marques por estar presente em momentos bons e em momentos que me fizeram querer desistir, obrigado pelo apoio. A Tayane Lima e Letícia Leite, vou sempre guardar vocês no coração. A Jéssyca Lima, obrigado por sua parceria, sua alegria e seu carinho.

A Renara Régia, uma grande surpresa na minha vida, obrigado pelas conversas, pela força, pela preocupação. A Alcía Mácaro, sua força e dedicação me inspiram, obrigado pelo acolhimento nos dias difíceis. A Alesandro Silva, por sua alegria, por ser essa pessoa leve que

tive a sorte de conhecer. Vitória Cardoso e Thalia Lima, grato pelo carinho e por me fazer acreditar cada vez mais em mim.

A todos que de alguma forma contribuíram na minha jornada de vida e acadêmica!

SUMÁRIO

1. Introdução.....	09
2. Delimitação do tema.....	11
2.1 Problema da pesquisa.....	13
3. Objetivos.....	14
3.1 Geral.....	14
3.2 Específicos.....	14
4. Justificativa.....	15
5. Metodologia da pesquisa.....	17
6. Discussão teórica.....	18
6.1. O epistemicídio do saber africano e a construção da história do negro na educação brasileira.....	20
6.2 Unilab e ações afirmativas para a construção de uma educação antirracista.....	23
6.3 A lei 10.639/03, os impactos 20 anos depois: considerações a respeito da formação continuada de professores e livro didático.....	26
7. Caminhos Encruzilhados: dos passos que me trouxeram até aqui e sua continuidade.....	32
8. Cronograma de trabalho.....	34
9. Referências	35
10. Anexos.....	38

1. INTRODUÇÃO

Este projeto busca analisar os impactos que a Lei 10.639/03, depois de quase 20 anos da mesma ter sido sancionada, nas escolas públicas e privadas. Como o professor (a) está considerando a lei em seus planejamentos pedagógicos e como se aplica às obrigatoriedades da legislação em suas aulas.

É importante dizer que a Lei 10.639/03, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 09 de Janeiro de 2003, ela propõe mudanças nas diretrizes e bases da educação nacional, tornando obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e a educação étnico-racial em todo currículo das escolas públicas e particulares do território nacional. Ela também inclui no calendário escolar a data do dia 20 de novembro como sendo a data da Consciência Negra. A lei foi uma grande conquista do Movimento Negro que a muito tempo buscava incluir nas escolas os debates raciais, com o intuito também de dar visibilidade histórica para o povo negro.

É extremamente necessário e importante abordar a Lei 10.639/03, mesmo depois de duas décadas em vigor, pois trata-se de um tema que muito nos atravessa como sujeitos inseridos (as) em uma sociedade que se ergueu na base das relações de poder, onde a classe dominante branca sempre buscou apagar a presença e a influência do povo negro da nossa história, para que assim possa se manter esse tipo de relação pautada nas desigualdades e preconceitos. A Lei 10.639/03 sempre foi envolta de desafios para sua efetivação, por isso se torna importante a verificação das escolas e dos professores (as) de hoje e como está sendo tratado o tema das relações étnico-raciais nas salas de aulas e no ambiente escolar como um todo. Como os professores (as) lidam com as diferenças dos seus alunos e como se comportam diante de situações onde ocorre racismo.

“Cuidar”¹ para que o livro didático cumpra com o seu papel e compreendê-lo como uma ferramenta importante no processo de ensino e aprendizagem no chão da escola. Verificar com nossas pesquisas como essa ferramenta de trabalho tem abordado o continente africano, a história do negro no Brasil e a imagem de pessoas negras. E se estão proporcionando debates a respeito dessa temática com um olhar crítico e ajudando a (re)criar uma nova imagem para as pessoas negras ou até que ponto ainda são ferramentas que podem reproduzir as desigualdades e reforçar estereótipos dos povos marginalizados.

¹ É um termo muito usado no Ceará, cuidar é também conhecido como tomar providências, fazer acontecer.

A minha percepção dos impactos da lei foi um pouco tardiamente, apenas quando entrei na universidade que tive um conhecimento maior a respeito do que ela abordava e de sua importância. Como estudante de escola pública não recordo dos meus professores trabalharem o tema em sala de aula, a não ser em datas específicas. Os currículos eram muito rígidos e não havia o interesse do professor (a) para se atualizar a respeito da educação étnico-racial.

Após minha entrada na Unilab, por meio de disciplinas como *Educação e Literatura Negra: Potencialidades Pedagógicas em Narrativas, Mitos, Fábulas e Contos Africanos e Afro-Brasileiros*, ministrado pela professora Jacqueline Costa, minha orientadora neste trabalho, que tive a oportunidade de me aproximar do tema que abordo nessa pesquisa. Não somente essa componente, como também disciplinas como *Educação, Gênero e Etnia e Filosofia da Ancestralidade e Educação*, que me impulsionaram a debater as relações étnico-raciais. Foi por meio desse currículo que se propõe antirracista, decolonial, na qual trabalha com grandes potencialidades negras que estou aqui desenvolvendo essa pesquisa que se mostra tão atual e importante no debate da nossa educação.

Esse trabalho se encontra na estrutura de um projeto de pesquisa, tendo como tópicos *Delimitação do tema, Objetivos (Gerais e Específicos) e Justificativa* que mostram um pouco da importância de se pesquisar o tema escolhido, os objetivos traçados que guiam o texto, o porquê de estudar e produzir esse projeto. Na *Metodologia* busco trazer os métodos utilizados no fazer da pesquisa, assim como também mencionar alguns autores e autoras na qual dialogo. A *Discussão Teórica* se dá a pesquisa propriamente dita, subdividi o tópico em 3 pontos principais, sendo eles *O epistemicídio do saber africano e a construção da história do negro na educação brasileira, Unilab e ações afirmativas para a construção de uma educação antirracista e A Lei 10.639/2003, os impactos 20 anos depois: considerações a respeito da formação continuada de professores e livro didático*, por meio desses pontos que desenrolo a minha escrita e pesquisa. No ponto *Caminhos Encruzilhados: Dos passos que me trouxeram até aqui e sua continuidade*, considero trazer minha experiência pessoal, minhas motivações e o que espero para minha pesquisa. Por último temos o *Cronograma de trabalho, as Referências Bibliográficas e Anexos*.

2. DELIMITAÇÃO DO TEMA

Já é conhecido que a Lei 10.639/03 tem uma grande importância na implementação e na obrigatoriedade do ensino da cultura e da história afro-brasileira, sendo uma vitória do Movimento Negro brasileiro, ela veio com a proposta de trazer para o centro das discussões em educação a figura do negro como um sujeito protagonista de sua história, a discussão a respeito da diversidade étnica e racial do nosso país, além de se debater os preconceitos que estão arraigados em nossa sociedade e conseqüentemente refletem nas práticas educacionais, escolas e também nas universidades.

Foi em um contexto de grande expansão das escolas, uma democratização do acesso ao ensino superior por novos sujeitos que diversificaram o cenário acadêmico, junto aos movimentos sociais, começam a questionar as suas instituições e seus currículos, é nesse contexto de lutas e reflexões a respeito das epistemologias diversas que Nilma Lino Gomes (2012) afirma que surgiu a “demanda curricular de introdução obrigatória do ensino de História de África e das culturas afro-brasileiras nas escolas de educação básica”. (GOMES, 2012, p. 100)

Com os impactos da referida lei vêm sendo notados desde os primeiros anos de sua implementação, principalmente no que se refere a uma crescente pesquisas e novas narrativas que recontam a história do povo negro brasileiro que se torna participante ativo na construção do que hoje chamamos de nação. A obrigatoriedade de um ensino que inclua essa história resgatada do povo negro, trazendo diálogos emancipatório para dentro das salas de aulas ajudando assim a uma percepção de crianças e jovens negros (as) e os processos que os atravessam socialmente e historicamente.

Dito isso, esse projeto vem no intuito de analisar os impactos que a lei 10.639/03 vem causando na educação e nas discussões étnico-raciais em nosso país, mais especificamente na cidade de Maracanaú - CE. Aqui no Ceará foi construído um imaginário de que não existe negros (as) em nosso território por conta de discursos feitos pelos primeiros intelectuais do Instituto Histórico do Ceará, como afirma Marques (2013) para esses intelectuais existia uma parcela pequena de negros escravizados na antiga província e com isso não houve uma forte influência da cultura africana na formação da identidade do povo cearense. Já negando essas afirmativas o autor acima citado nos mostra que os negros que viviam na província do Ceará nos anos de escravidão, sendo eles cativos ou libertos, tiveram um papel importante na construção histórica, social e cultural. Como também nas lutas pela liberdade, onde na história

ainda contada hoje exalta apenas aos movimento abolicionista que em sua grande maioria era composto por pessoas brancas.

Com a vinda da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que se instala na cidade de Redenção no estado do Ceará no ano de 2011 muitas ações vêm sendo feitas para que possa se construir um currículo descolonizador por meio de cursos como o *Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e Pedagogia*, formando profissionais para atuar nas escolas cientes dos processos que perpassam nossa sociedade, como as discussões a respeito do racismo, como também outros preconceitos existentes, a valorização da história do povo negro e de sua luta.

Essa pesquisa tem o objetivo de verificar como os professores e professoras de hoje que atuam em escolas públicas/municipais da cidade de Maracanaú estão lidando com a Lei 10.639/03 em suas aulas e planejamentos depois de quase 20 anos de sua implementação. Como trabalham com o livro didático e como esse livro didático está retratando a cultura e história afro-brasileira, o retrato do povo negro e na valorização do saber descolonizador.

2.1. PROBLEMA DA PESQUISA

Busca-se com esta pesquisa analisar como a Lei 10.639/03 após quase 20 anos de sua implementação e vigência vem impactando diretamente os planejamentos pedagógicos de escolas da rede pública de ensino e também na formação de professores e professoras, as novas metodologias que auxiliam em sua efetivação e como está sendo retratado as pessoas negras em materiais didáticos disponibilizados aos alunos. Além do impacto que ações afirmativas e instituições e cursos de graduação pautados em um currículo descolonizador (tendo como exemplo a Unilab), contribuem para uma prática decolonial na educação e na formação de novos profissionais cientes e preparados para tratar diversos temas como o racismo e demais discriminações em suas determinadas áreas.

Com isso, levanta-se aqui como problemática principal do projeto, entender quais os impactos que a Lei 10.639/03 trouxe para a educação e como as professoras e professores a utilizam de forma efetiva em sala de aula.

3. OBJETIVOS

3.1.OBJETIVO GERAL

Esse projeto tem como objetivo, por meio de uma pesquisa qualitativa que se embasa em teóricos (as) negros (as) em sua grande maioria brasileiros (as) que se dedicam aos estudos das Relações Étnico Raciais e Educação, analisar como a Lei 10.639/2003 ainda impacta as escolas e salas de aulas no município de Maracanaú-CE, como ela contribui para a chamada Descolonização do Saber e investigar se professores (as) estão considerando a Lei 10.639/2003 no momento de seu planejamento pedagógico e metodologias em salas de aula.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Verificar se a Lei 10.639/2003 está sendo considerada nos planejamentos pedagógicos e formação de professores (as).
2. Avaliar como a figura de pessoas negras é abordada nos materiais didáticos.
3. Investigar se os (as) professores (as) lidam com o racismo em sala de aula e suas metodologias para uma educação decolonial.

4. JUSTIFICATIVA

O estado do Ceará está marcado na história de nosso país como o primeiro estado (antiga província) a libertar seus homens e mulheres negros (as) do cativeiro devido a escravidão. A cidade de Fortaleza sendo apelidada logo depois como “Terra da Luz” a ser pioneira no movimento abolicionista e “*alumiado*” o antigo Império por entre as ideias que discutiam a liberdade do povo negro escravizado. Mas essa história teve um de seus lados apagados, ou melhor dizendo, negligenciado. Quem estava à frente desses movimentos abolicionistas no Ceará? A quem merece o reconhecimento e os méritos de lutas pela libertação?

Durante muito tempo a história e aqueles (as) que a escreve foram muito duros com os homens negros e mulheres negras que aqui habitavam nos tempos do sistema escravocrata e também depois da tão conhecida “abolição”, apagando toda as suas participações e influências na cultura, na história e na sociedade em geral. Fazendo esquecer, diminuindo as lutas desses sujeitos, os ignorando até se formar um imaginário que dentro do estado não haveria a existência de pessoas negras, muito reproduzida principalmente pela literatura de escritores como José de Alencar que em suas obras como *Iracema*, apenas conta a origem do povo cearense derivada da miscigenação do branco europeu com os povos indígenas nativos, anulando a participação do negro africano. Tais ideias sempre foram rebatidas e contrariadas pelo movimento negro que aqui atua, sempre na luta para reescrever essa história que vinha massacrando a imagem dos negros cearenses.

Com a aprovação da Lei 10.639 em 2003, uma das leis conquistada pelas lutas do Movimento Negro do Brasil, torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas da educação básica e ensino médio, como também nas universidades. Começa aqui uma nova etapa para o movimento e para as universidades brasileiras a de produzir pesquisas sobre a temática das relações étnico-raciais em todas as áreas de conhecimento. Outro desafio que a lei nos trouxe foi em relação a formação de professores (as) para que fossem capazes de ensinar esses novos conteúdos para seus alunos (as) e o que fazer para que se rompesse com o modelo monocultural de conhecimento e do ensino, como é abordado por Gomes (2012), além de repensar os livros didáticos e a inserção de novos paradidáticos que trouxessem a figura do negro de uma forma sem que os mesmos fossem inferiorizados e/ou desumanizados.

Nesse contexto essa pesquisa se torna importante hoje, mesmo após 20 anos da implementação da Lei 10.639/03, pois tenta investigar como ela ainda impacta o meio educacional e as salas de aulas, como que os professores (as) estão considerando e aplicando de forma efetiva as obrigatoriedades da lei em suas aulas e planejamentos. Como esses

profissionais trabalham com o livro didático e como esse material está tratando a figura do negro. Ao se considerar o recorte espacial/geográfico essa pesquisa torna-se significativa pois busca analisar como as escolas de Maracanaú no Ceará estão considerando a lei que torna obrigatória o ensino da história do povo negro e como os materiais didáticos e as aulas de história abordam a questão racial no estado tentando desvencilhar de antigos estereótipos e do imaginário que não existe uma participação e influência africana na construção histórica no mesmo.

Com a chegada da Unilab na cidade de Redenção em 2011, o cenário começa a se modificar, pois vemos uma universidade diversificada, que acolhe estudantes de diversos países de África e trazendo cursos como Bacharelado em Humanidades e Pedagogia, que têm o seus currículos voltado para uma educação decolonial e afrocentrado, com isso se intensifica os debates a respeito das relações étnico-raciais e formação de novos profissionais principalmente aqueles que atuarão na educação que está pautada nesses conceitos, tornando-os mais capazes para lidar com questões como a discriminação racial em sala de aula. Assim também com a implementação de ações afirmativas como a Lei 12.7111/2012, conhecida popularmente como lei de cotas, ela auxilia os estudantes vindos de escolas públicas e de grupos marginalizados socialmente a ingressar nas universidades públicas do país.

Fica o questionamento, qual o motivo de estudar os impactos de uma lei que está vigente a quase duas décadas? Assim como os autores etíopes Habte (2011), Wagaw (2011) e o nigeriano Ajayi (2011) afirmam em seu texto que a reforma do ensino é um processo longo, complexo e permanente, consigo perceber como essas reformas propostas pela lei em 2003 ainda estão em constante processo, ainda existe muitos desafios, embora já tenhamos percorrido um longo caminho para uma educação antirracista, decolonial, com a diversidade epistemológica existente.

5. METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente projeto de pesquisa propõe investigar os professores (as) da rede pública de ensino e como esses profissionais atuam junto à Lei 10.639/03, logo a pesquisa é de natureza qualitativa. Ao se falar em pesquisa qualitativa têm em mente que será uma investigação ao ambiente e aos sujeitos que fazem parte da problemática do trabalho. Neves (2015) define a pesquisa qualitativa como “não abrir mão da observação, análise, descrição e compreensão do fenômeno a fim de entender seu significado” (NEVES, 2015, p. 19)

Trabalhando com autoras e autores, em sua grande maioria negras (os), que trabalham com as teorias decolônias e afrocentradas. Que falam sobre uma educação emancipatória e antirracista, com falas potentes e inspiradoras. Dentre essas autoras e autores pode-se destacar Conceição Evaristo, que muito me influenciou a pensar sobre a importância da literatura negra que auxilia na busca dessa educação libertadora, bell hooks com sua voz experiente que nos ensina o ato de transgredir e soltar as amarras coloniais do saber. Dialogo também com Eliane Cavalleiro e Ana Célia da Silva que são autoras que colaboram muito nas pesquisas sobre educação e relações étnico-raciais no nosso país. Assim como também a professora Nilma Lino Gomes que muito nos ensina sobre os movimentos sociais, principalmente o movimento negro, como eles podem nos educar. Outra autora importante nessa discussão é a professora Rebeca Meijer, que trabalha com a Lei 10.639/03 e a formação de professoras em suas pesquisas, seus textos repletos de experiências inspiram um fazer educacional pautado nas relações étnico-raciais. Não deixando de fora a minha professora orientadora, Jacqueline Costa que vem me ajudando nesse processo de investigação e pesquisa.

Para obter os dados para a pesquisa serão utilizados os seguintes meios: primeiro um questionário estruturado, a fim de se perceber o perfil do entrevistado e ficar ciente de algumas informações a respeito de sua formação, métodos utilizados em sala e conhecimentos prévios a respeito do tema. Segundo a técnica de grupo focal, para se observar mais de perto como esses profissionais estão agindo em sala de aula e como consideram a Lei 10.639/03 em seus planejamentos pedagógicos e a investigar a formação desses professores e professoras a respeito da importância da história e da cultura afro-brasileira e por último, analisar como os materiais estão retratando esses temas.

Importante observar que tentamos aplicar o questionário e em seguida realizar o grupo focal em uma escola municipal de Maracanaú - CE, porém, com a pandemia tudo ficou impossibilitado, não tive retorno por parte dos professores (as) e nem dos gestores (as) da escola na qual seria executado os métodos de coleta de dados.

6. DISCUSSÃO TEÓRICA

A construção histórica, social e cultural de nosso país está coberta por uma grande onda de violências, apagamentos, epistemicídios dos saberes tradicionais, o subjugar e o desumanizar os povos e culturas que eram vistas pelos europeus colonizadores como sociedades inferiores. O sistema colonial criou estratégias para que se colocasse o homem branco e sua cultura e ciência como superiores que estariam no topo de uma pirâmide social criada para a supervalorização de seus costumes, suas línguas, sua forma de ver o mundo. Tal estrutura reforça também as desigualdades para com os “povos diferentes” dos europeus, transformam suas culturas em um conjunto de crenças defasadas e inferiores, demoniza suas religiões, massacram suas terras e línguas, os violentam e os matam. É nesse contexto que a sociedade brasileira se ergue, tornando invisível todos aqueles sujeitos que não entram para o padrão europeu de mundo, onde em cima sempre vai estar o homem, heterossexual, branco, detentor de grandes riquezas. Tudo que não se encaixa nesse padrão eurocêntrico está à margem, está negligenciado. Como afirma a pedagoga e socióloga Elisabeth de Souza:

Esta condição de desigualdade não é segredo para ninguém. Teve origem com a escravidão no período colonial (sécs. XVI-XIX). Naquele período, foi estruturada uma pirâmide social cuja larga base foi alicerçada pela população escravizada negra e indígena. Para justificar a dominação, alimentou-se a ideia de superioridade branca diante das populações marginalizadas. Um longo processo no qual houve contato dos europeus com povos de aparência e hábitos diferentes fez com que aqueles prejudicasse sua cultura mais forte e civilizada. Os “novos povos” foram identificados pelos europeus com animais. (SOUZA, 2001, p. 41)

Quando tomamos consciência de quão brutal foi o processo colonizador tanto para os povos indígenas que foram dizimados por conta de doenças e assassinados pelos colonizadores, como também para o povo africano que por longos anos foram mortos por um sistema que os aprisionavam, os tiravam fora de suas terras e forçava ao trabalho escravo, depois que entendemos esses processos se torna mais visível algumas estruturas e sistemas que se asseguram até hoje em nossa sociedade.

O racismo nasce desse meio de hierarquização dos povos, do epistemicídio e massacres das populações que foram colonizadas. É por meio do racismo que se justifica e se produz uma ideologia de apagamentos e negligenciamento dessas culturas vistas pelos colonos como não civilizadas e animalizadas.

Grada Kilomba (2019) em seu livro *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano* nos descreve o racismo como uma realidade violenta, que causa cicatrizes no corpo e na alma de quem é vítima desse sistema. O racismo pode ser definido também como a *construção da diferença*, Kilomba (2019) nos traz esse “tornar diferente” como uma característica do racismo, quem se torna diferente de quem? “Só se torna ‘diferente’ aquele que ‘difere’ de um grupo que tem o poder de se definir como norma - a norma branca” (KILOMBA, 2019, p. 75). A autora discorre também sobre outras duas características que configuram o racismo na sociedade, a *hierarquização* no qual foi observado um pouco antes no texto e por último a característica que acompanha essas outras duas definições que é o *poder*, podendo ser um poder histórico, econômico ou político. A mescla dessas características que forma o racismo.

Em contexto nacional Gomes (2001) nos diz que conceituar o racismo no Brasil é muito difícil, pois ele se torna diluído nas relações, é mais institucionalizado, é estruturado. Ele é constantemente negado, pelas ideias de democracia racial, mas ainda se encontra no sistema que comanda o comportamento da nossa sociedade, “racismo no Brasil é um caso complexo e singular, pois ele se afirma por meio da sua própria negação.” (GOMES, 2001, p. 92)

Não quero me ater aqui nesta pesquisa apenas aos significados de racismo, mas é importante contextualizar um pouco o que é esse sistema, para depois seguir para as discussões do mesmo em sala de aula e nos materiais didáticos. O racismo ele se torna uma estrutura de poder, onde um grupo social se sobrepõe ao outro, quando esse grupo que está no topo dita as regras da sociedade, quem está incluído nos direitos e quem está à margem, é essa hierarquização que cria estereótipos negativos e objetifica o *outro*, o *diferente*, para que se mantenham sempre abaixo da pirâmide social.

Pensar nas relações raciais do Brasil é compreender que ela nos atravessa em todas as áreas da nossa sociedade, portanto o conhecimento e a educação são influenciados por esse tipo de relação. A educação não está isenta de ser uma instituição onde o racismo não opera em suas relações (aqui entra a relação professor (a) - aluno (a) - material didático). O conhecimento a respeito das práticas educacionais, as pesquisas realizadas no campo a muito tempo não consideraram discutir o racismo e as relações raciais na escola, mas isso vai se alterando conforme a participação e o ingresso dos sujeitos visto como os “outros” no meio educacional, com influência também dos movimentos sociais, que criticam, reivindicam as mudanças para fazer uma educação democrática e pautada na diversidade.

6.1. O EPISTEMICÍDIO DO SABER AFRICANO E A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DO NEGRO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Para se falar sobre as reivindicações do movimento negro para com a educação, precisamos primeiro falar sobre a causa do problema e o que fez o povo negro sempre estar pressionando as instituições e o Estado para que discussões a respeito da história afro-brasileira e a cultura sejam integradas nos currículos, como também as discussões raciais dentro dos currículos e planejamentos.

Segundo Kilomba (2019) por muito tempo o racismo não era discutido e refletido como uma problemática teórica significativa para o discurso acadêmico o que causa um déficit nas produções teóricas de grande seriedade que para a autora revela duas coisas, a primeira é que fica evidente a pouca importância que é dada a temática do racismo e a segunda é a desvalorização e o desrespeito para com as vítimas que sofrem desse sistema opressor.

Isso se dá muito por alguns instrumentos utilizados pelo sistema colonial europeu de se dominar, o genocídio e o epistemicídio das populações vistas como diferentes aos olhos dos colonizadores, essas duas ferramentas da dominação europeia para o pensamento do autor Boaventura Sousa Santos (1995) foi o que eliminou povos estranhos e seus saberes também enxergados como estranhos, mas para ele o epistemicídio teve um impacto maior pois sempre é utilizado quando quer se marginalizar ou negar a legalidade para algumas práticas de grupos sociais, além de não se prender a um espaço, mas podendo ser utilizada em diversos e contra diversos grupos sociais.

Para Sueli Carneiro, o que pode ser classificado como epistemicídio é:

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

No contexto brasileiro também se observa esses padrões, durante uma boa parte do nosso processo histórico as discussões sobre o racismo como um objeto de estudo teórico foi desvalorizado e ignorado pelos pesquisadores da academia. Isso se dá porque foi dificultado o acesso ao ensino superior aos grupos marginalizados de nossa sociedade, a educação de jovens

negros e indígenas era precário, não havia uma representação de suas identidades nos currículos escolares, além da construção racista da sociedade que refletia dentro de sala de aula. Fazendo que o processo de educação desses sujeitos fossem mais difíceis, mas não podemos dizer que foi um processo impossível.

Houveram várias tentativas de se associar a imagem da pessoa negra como apenas o escravo dentro da nossa história, tirando deles a chance de serem antes de tudo um sujeito ativo na construção histórica. Por conta disso foi rejeitada a ideia de que o negro frequentasse escolas e fora inserido tardiamente no sistema educacional brasileiro. Como escreve Fonseca em seu texto:

No início dos anos de 1990, havia por parte dos historiadores uma atitude sistemática de ignorar a temática racial, pois, pressupunha-se que a inserção dos negros nos espaços escolares havia se dado tardiamente. Na história da educação esta concepção se manifesta através de uma ideia que é reafirmada com certa frequência, a de que, no período anterior ao século XX, os negros não frequentaram escolas. (FONSECA, 2009, p. 34)

Mas por meio dos movimentos sociais e das produções acadêmicas de pesquisadores e pesquisadoras negras (os), essa ideia vem sendo contestada. No texto de Fonseca (2009) percebe-se que existiu uma grande tarefa por parte desses pesquisadores (as) de se construir e constatar a história do negro na educação em diferentes espaços de tempo.

O autor afirma que as produções e investigações a respeito do povo negro e a educação começaram massivamente nos anos de 1990, mas buscando-se mais a fundo na história do movimento negro e dos pesquisadores (as) que se debruçavam a pesquisar as relações sociais podemos destacar alguns movimentos e publicações que já buscavam recontar a história do povo negro brasileiro de uma maneira diferente a que a branquitude se propôs a construir. Podemos citar o movimento que foi o Teatro Experimental do Negro, idealizado por Abdias do Nascimento, surgindo em meados da década de 1940 e propunha a valorização social do povo negro e da cultura afro-brasileira por meio da arte e da educação, trazendo não só aulas e noções de atuação para o corpo de atores como também alfabetizavam os que participavam do projeto, trazendo debates para a população negra.

Elisabeth Souza refere a 63ª edição dos *Cadernos de Pesquisa* que no ano de 1987 teve uma edição especial, onde foram agrupados artigos que falam sobre a relação da população negra e educação, sendo então para a autora um marco, utilizado como referência para vários trabalhos acadêmicos, sobre isso ela diz:

Este documento tornou-se referência para boa parte dos trabalhos acadêmicos posteriormente desenvolvidos, bem como subsídio para as discussões da Constituinte de 1998, do Estatuto da Criança e do Adolescente, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394) e, finalmente, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para o ensino fundamental e médio. Além disso, boa parte da revisão dos livros didáticos leva em consideração os alertas salientados neste encontro. (SOUZA, 2001, p. 42)

Com isso percebemos que mesmo com muitas dificuldades e mais o epistemicídio e a desvalorização das pesquisas a respeito da temática racial, a população negra estava ativa e disposta a lutar por uma educação que os vissem como sujeitos dignos de uma formação de qualidade e valorização de suas culturas. Isso se deu muito pelo surgimento do Movimento Negro Unificado na década de 1970, onde os questionamentos, as reivindicações do ensino da história do negro nas escolas se tornam cada vez mais potentes.

Voltando para a abordagem de Fonseca, o autor nos leva por uma linha do tempo, a partir dos anos 1990, dos estudos sobre o negro na educação no Brasil. Ele salienta que antes as produções no campo da história da educação e seus pesquisadores (as) não consideravam o papel do sujeito negro e nem se falava sobre raça. Houve então críticas a esse momento e artigos onde tinha o papel de denúncia para com produções acadêmicas, logo após no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 foi que ocorreu uma grande discussão a respeito das relações raciais e sobre a educação. Com a *III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, que ocorreu em Durban no ano 2001, foi marcado como um momento importante para as reivindicações dos movimentos sociais tanto do Brasil como de todo o mundo. Com a implementação da Lei 10.639/03, que foi sancionada no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato em 2003, impulsionando novas pesquisas no que se refere a raça e o negro no país.

Com o aumento dessas pesquisas está sendo cada vez mais contestado a ideia que a população negra não esteve nos espaços escolares nos séculos XIX e XX. Fonseca (2009) destaca a presença de mulheres negras que conseguiram alcançar o título de professoras, mesmo em uma época em que se tinha um padrão para as mulheres que exerciam a profissão de ensinar, sendo esse padrão da mulher branca. Podemos perceber também que haviam estratégias do povo negro para se alcançar uma educação de qualidade, existiam escolas para meninos negros e pardos como foi a escola do professor Pretextato no Rio de Janeiro, que alegava a importância de sua instituição em frente as dificuldades que garotos de cor encontravam ao frequentar as mesmas escolas que meninos brancos. Não só no antigo Império, mas a luta dos movimentos

negros continuaram durante todo o século XX até chegarmos onde estamos e com algumas mudanças significativas, mas com grandes modificações ainda a serem feitas.

Destacar além da Lei 10.639/03, que foi um fruto da luta do movimento negro, podemos destacar outras ações afirmativas e construção de espaços que auxiliam na produção de uma educação pautada em teorias decoloniais como é o caso da implantação da Unilab na cidade de Redenção - CE, que, segundo Costa, vem com uma proposta de um currículo afrocentrado, decolonial, que liberte corpos e mentes e anulando processos de epistemicídios, falaremos a seguir sobre seu impacto, principalmente no estado do Ceará onde se construiu um imaginário da não existência de negros (as) em seu território.

6.2. UNILAB E AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Em 20 de julho do ano de 2010, por meio da Lei 12.289, foi criada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, a Unilab. Instalada no ano seguinte, 2011. Com campus em duas cidades do Brasil, a primeira na cidade de Redenção no estado do Ceará e o outro na cidade de São Francisco do Conde na Bahia, ela vem inovando nos padrões por ser uma universidade federal interiorizada, que coopera com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP.

Com alunos brasileiros e alunos internacionais de países do continente africano, em sua grande maioria, e do continente asiático, tendo eles aqui listados: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor - Leste. Por ter esse contato com a cultura de vários países por meio de seus estudantes o espaço da universidade se torna algo cheio de diversidades, línguas e culturas. Isso já se torna um diferencial para essa instituição e tendo cursos que se propõe a levar um ensino pautado na abordagem decolonial, afrocentrada e libertário. Constituindo assim para a valorização das diversidades, dos saberes tradicionais, a valorização de África e sua cultura, para que se possa reverter um grande processo de epistemicídio no qual todos os povos do sul foram submetidos pelos colonizadores do norte. Reconhecendo o saber constituído pelas experiências de cada indivíduo, respeitando suas subjetividades, suas vivências, seus saberes ancestrais, a universidade se pauta nesses valores.

Foi com o ingresso do estudante Antonio Jeovane da Silva Ferreira, o primeiro estudante Quilombola a ter ingressado na Unilab, por meio da 12.711/12², lei federal sancionada pela presidente Dilma Rousseff, que estabelece cotas raciais, sociais e para estudantes da rede pública. Jeovane contribuiu muito para uma movimentação interna na Unilab, para o programa de cotas existente na instituição fosse aprimorado. No ano de 2018 é iniciado processos seletivos para estudantes Quilombolas e Indígenas, tais editais tinha o objetivo de preencher vagas ociosas nos cursos de graduação. Vale salientar que não houve adesão por todos os cursos da universidade, apenas os cursos *Bacharelado em Humanidades, Antropologia, História, Pedagogia e Sociologia – Instituto de Humanidades*, disponibilizaram vagas durante a vigência dos editais específicos (GOMES, 2021, p. 140 – 141). Ainda assim foi uma grande conquista para esses povos e comunidades, abrindo oportunidades para que quilombolas e indígenas ingressem na universidade e produzam sobre eles e suas experiências, deixando de serem o objeto de pesquisa, passando a ocupar um lugar de fala seu e escrevendo suas percepções e suas epistemologias.

Infelizmente passamos por um momento político delicado de ataques a democracia, onde deve se reforçar as lutas para que os direitos conquistados não sejam retirados. Mas com vários ataques à nossa educação, aos direitos dos estudantes e dos professores (as), a precarização das instituições de ensino torna difícil manter políticas de ações afirmativas para as populações marginalizadas. Esse crescente ataque resultou na anulação de um edital que destinava vagas em cursos superiores para pessoas trans e travestis em 2019, na Unilab, culminando assim em uma grande mobilização de estudantes e docentes, em Redenção e em São Francisco do Conde – BA. Os esforços feitos pelos estudantes não foram o suficiente naquele momento, com a anulação do edital para pessoas trans e travestis e logo depois o fim dos editais para os povos indígenas e quilombolas em 2020.

Lembrando que a luta é diária, não havendo descanso enquanto os nossos direitos não estiverem assegurados, o movimento estudantil, o movimento negro, o movimento dos povos indígenas continuam na batalha para garantir os direitos que lhes asseguram o acesso à educação de qualidade, a alimentação, a moradia e a vida.

Pensando agora em uma universidade internacional que em seu grupo de estudantes existem alunos e alunas vindo de diversos países do continente africano, onde se debate a diversidade, que por meio de alguns cursos (como a Pedagogia) em que seus currículos se

² Lei federal sancionada pela presidente Dilma Rousseff, que estabelece cotas raciais, sociais e para estudantes da rede pública.

propõe decolonial e visa a educação antirracista ter sido instalada no estado que primeiro declarou a emancipação dos negros cativos, mas que ainda sim se reforça políticas e ideias racistas. O impacto causado em uma sociedade que admite não existir influências da cultura africana por ter sido um estado com uma pequena parcela de homens negros e mulheres negras escravizados (as) e com isso cria-se uma imagem de um estado brasileiro sem uma população negra.

Os impactos das leis 10.639/2003, da Lei 12.289/2010, Lei 12.711/2012 e as lutas do Movimento Negro no Ceará trabalham para a desmistificação desse conceito que por muito tempo pairou pela sociedade cearense, como uma política de apagamento da cultura africana. Segundo pesquisas realizadas no ano de 2019 pelo *Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)* eles fizeram um mapeamento da população por cor e raça declarada e os resultados foram os seguinte:

(...) em 2019 a população declarada de cor branca representava 27,2% da população residente, ao passo que a declarada de cor preta era de 5,9% e a declarada de cor parda correspondia a 66,2% no Ceará. Em 2013, essas estimativas eram, respectivamente, 29,4% (branca), 3,6 % (preta) e 66,9% (parda). Juntos, esses três grupos respondiam por cerca de 99% da população cearense. O Ceará foi o décimo segundo Estado (72%) com maior percentual de pessoas que se declararam negras (pretas ou pardas) do país. (IPECE, 2020)

Mas porque uma população de mais de 72% compostas por autodeclarados pardos e pretos, se perpetua em seu imaginário uma terra de não negros? Muito disso se dá pelas tentativas de apagamento das heranças africanas, uma cristalização da cultura cearense, onde o preto não era visto como um agente contribuidor dos movimentos sociais, históricos e culturais. Um movimento abolicionista formado por uma grande maioria branca, onde se enxergava o êxito de suas obras na contribuição da liberdade, mas pouco importava os libertos, suas lutas, suas reivindicações, criando assim a imagem de um negro cativo passivo. Isso é observado no texto de Marques que destaca também que “tal discurso viria a se alinhar com o dos primeiros intelectuais do Instituto Histórico do Ceará, para os quais o número de escravos foi pequeno na região, sendo pouca a importância do negro na vida social cearense.” (MARQUES, 2013, p. 350)

A literatura que também é destacada por Marques (2013) e Evaristo (2009) tiveram a influência nas disseminação de políticas de apagamento do negro, principalmente a literatura indianista do século XIX, que buscavam contar a origem do povo cearense atribuindo assim

papeis aos povos indígenas, “os povos nativos americanos” e os colonizadores europeus, deixando ao negro apenas o papel do escravizado.

Desse modo, afirmo que a importância de uma instituição como a Unilab no nosso território é de extrema importância, pois contribui para a formação de novos profissionais capazes de atuar para uma educação das relações étnico-raciais. Saem com muita bagagem para perceberem em sala de aula as diversidades e subjetividades de cada aluno, compreendendo os marcadores que os atravessam e trabalhando com uma educação decolonial em seus planejamentos.

6.3. A LEI 10.639/03, OS IMPACTOS 20 ANOS DEPOIS: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E LIVRO DIDÁTICO

Me recordo ligeiramente do primeiro ano na escola, lá em 2001, estava por volta de uns 5 ou 6 anos de idade, indo cursar a “alfabetização”, hoje denominada como 1º ano do ensino fundamental. Lembro-me da sala organizada em fileiras de cadeiras, um quadro negro onde a professora (na qual chamávamos “tia”) fazia seus apontamentos. Uma forma de ensino tradicional, em uma escola de bairro tradicional da época, onde o saber era sempre linear, passado do professor (o detentor do conhecimento) para os alunos (os que recebem o tal conhecimento). Dois anos após meu primeiro contato com o ambiente escolar a Lei 10.639/03 veio ser implantada, no dia 09 de janeiro de 2003. Nos anos posteriores, com a lei já em vigor não me recordo em minhas experiências escolares de ouvir, de estudar, ou de serem mencionadas em sala de aula a história do negro brasileira que não fosse aquela que todos estão acostumados a escutar, o negro escravizado. Foi apenas entre os anos de 2007 e 2009, quando cursava do 7º ao 9º ano do ensino fundamental, que tive um contato com a cultura afro-brasileira e não apenas aquela história repetitiva que se contavam nas aulas de história. Por meio de dois professores, um de história e o outro de geografia, que tínhamos uma semana no ano para conhecer a cultura africana, por meio de aulas mais dinâmicas, apresentações artísticas e da culinária. Porém, era só isso apenas uma semana do ano, nas demais pouco era falado. No ensino médio não tenho memórias de aulas ou eventos para se discutir e apresentar aos alunos sobre a história do povo negro, a cultura e reflexões sobre o racismo e demais preconceitos existentes na sociedade e que também se disseminava nas escolas.

Compartilho uma pequena história sobre meus anos de escola, pois, assim como Meijer (2012) nos afirma em sua tese que “para aprendermos sobre árvores e seus enraizamentos, precisamos acompanhar o brotar de suas sementes.” (p. 18) Acredito que ao trazer minhas experiências para o texto fique mais fácil em compreender o que busco trabalhar, me aproximando assim um pouco mais do objeto pesquisado.

Como estudante de instituições públicas, passei a maior parte do tempo escolar com a Lei 10.639/03 já em vigor, mas ainda havia muitos desafios a se enfrentar, muito do que diz respeito ao currículo escolar e a preparação dos professores e das professoras, eram problemas visíveis e que já era discutido pelos pesquisadores da época. Mota (2009) pontua alguns problemas para se implementar a educação das relações étnico-raciais.

A primeira delas observadas são as limitações de se trabalhar a temática racial. O primeiro ponto que devemos pensar aqui são as problemáticas que dificultam esse trabalho, podendo pontuar aqui os currículos escolares, no qual, se baseando em Meijer (2012) e nos diálogos que a mesma faz com autores que pesquisam currículo, é definido como um “resultado de uma seleção de conteúdos”, mas ao se pensar nesse conteúdo, na maioria da vezes, é selecionado os conhecimentos eurocêntricos. Ao longo de sua pesquisa de doutoramento, Meijer dialoga com pesquisadores (as) denominados “pós-críticos”, no qual o currículo é visto como um “artefato cultural”, como uma linguagem que incorpora sons, imagens, formas, línguas, etc. (p. 62) e que esses pesquisadoras (es) acreditam que “temas como a identidade, a diferença, o multiculturalismo, o gênero, o pós-colonialismo e as narrativas étnico-raciais são conteúdos absolutamente necessários.” (p. 61)

Se torna imprescindível um olhar crítico ao se construir e selecionar os conteúdos que serão abordados pelos professores (as) em sala de aula, considerando pensar em quais assuntos são priorizados (temos conhecimento que os saberes priorizados são os saberes eurocêntricos) e pensar em quem esse conteúdo representa de forma positiva e quem são aqueles que ele exclui ou trata de forma negativa ou pejorativa.

Percebemos que Gomes (2012) denuncia a inflexibilidade desses currículos, o “empobrecimento do caráter conteudista dos currículos”, que não consegue pensar as realidades diversas que estão ali presente como forma dos alunos e alunas, e deve haver um diálogo direto entre currículo - a escola - e a realidade social que está a volta dessa instituição. “Sendo assim, a prática pedagógica deve considerar a diversidade de classe, sexo, idade, raça, cultura, crenças etc., presentes na vida da escola e pensar (e repensar) o currículo e os conteúdos escolares a partir dessa realidade diversa” (GOMES, 2001, p. 87). A autora nos traz sentimentos de esperança para esse problema, pois afirma haver de forma crescente nos últimos anos uma

articulação dos povos que tiveram suas culturas excluídas e negadas nos currículos, para que possam ser ouvidos em suas demandas, essas lutas articuladas respinga nas escolas, universidades e até mesmo no currículo instigando um processo de renovação.

Podemos puxar aqui outro ponto que acentua a limitação do trabalho de educação racial que é a formação do professor para lidar e discutir essa temática. Na pesquisa de Mota é observado que as professoras e professores entrevistados reclamam de nunca ter tido realmente um auxílio por parte da escola na qual trabalham, isso não se configura em casos isolados, mas é um revés em várias escolas brasileiras. Isso é um problema pois “a formação continuada é muito necessária, sobretudo porque contribui para mudança de atitudes e posturas” (TEIXEIRA, 2012, p. 5)

Segundo Silva e Almeida (2020), em uma pesquisa recente foi feita uma entrevista com vários professores de uma escola da rede estadual de Pernambuco, onde um problema é notado:

(...) todos os professores excluem suas responsabilidades de agentes destinatários e implementadores da legislação e as transferem para os gestores, onde todos acreditam que a gestão escolar é responsável pelas ações iniciativas aplicadas à Lei (SILVA, ALMEIDA, 2020, p. 18)

Isso se configura em um problema muito sério quando o educador se isenta deste papel de agente cumpridor da lei, é ele que está em contato direto com os alunos e vai ser ele que deve estar preparado para eventuais atitudes discriminatórias para que possa saber lidar com essas situações e não negligenciar ou corroborar com tais atitudes. Alguns professores têm consciência e sabem do valor que a Lei tem para a construção de uma educação pautada nas relações étnico-raciais e tentam aplicá-la mesmo de uma forma limitada por conta dos currículos, carga horária apertada. Mas é imprescindível que a responsabilidade de se implementar a lei cabe tanto à gestão da escola como aos professores e professoras.

A autora norte americana bell hooks em um de seus escritos nos alerta a importância do professor buscar estar em constante mudança e aprendizado, para que possa trabalhar com um grupo tão diverso que se encontra dentro das salas de aulas:

Para lecionar em comunidades diversas, precisamos mudar não só nossos paradigmas, mas também o modo como pensamos, escrevemos e falamos. A voz engajada não pode ser fixa e absoluta. Deve estar sempre mudando, sempre em diálogo com um mundo fora dela. (HOOKS, 2017, p.22)

Perceber que a diversidade não se configura em um problema e que os alunos não são um bloco homogêneo, sendo cada indivíduo um ser com todas as suas subjetividades, histórias, formas, características diferentes, isso colabora para o bem-estar tanto do professor, como de seu aluno.

Em contrapartida, percebemos ao analisar a pesquisa de Meijer (2012) que ações realizadas em conjunto escola-universidade tiveram retornos positivos, a autora nos mostra que as intervenções feitas em uma escola no município de Floriano no estado do Piauí e as propostas de formação para professoras do *Ensino Fundamental I* foram de certo modo promissoras. Apreende-se por meio das falas dessas professoras uma animosidade, um desejo nesses novos métodos apresentados. Os temas abordados são como novidades e que impulsionam tanto as professoras como os alunos e alunas no processo de ensino-aprendizagem. A importância dos estudos para as relações étnico-raciais nas instituições de ensino superior vai além de seus muros e prédios, atingindo não somente os professores e as professoras em sua formação inicial, mas também aqueles profissionais que já atuam junto às comunidades.

Mas é preciso que haja um empenho não somente dos professores (as) mas de todos os profissionais que atuam nas escolas, pois o ambiente escolar não se restringe apenas às salas de aulas. É necessário a compreensão de uma educação pautada nas diversidades por parte de todos que ali trabalham, pois dessa forma poderão agir de forma mais eficiente ao se depararem com situações de discriminação, mas não somente isso, olhando de forma mais crítica também para o espaço escolar e poder criar ali novas metodologias que possam valorizar e representar as diferentes realidades que se encontram naquele ambiente.

Por último, é importante analisar os materiais que estão sendo utilizados em sala de aula, principalmente o livro didático, e se tais ferramentas auxiliam para o cumprimento da Lei 10.639/03. Para Mota (2009) o livro didático ainda é um material de suporte ao professor, podendo ser a única ferramenta que esse profissional tem para trabalhar nas suas aulas. Para o autor é importante a inserção de conteúdos a respeito de África e da cultura afro-brasileira nos livros didáticos, pois existem professores que não dominam tais assuntos. Mas não basta apenas incluir os novos assuntos, a escola e o professor têm o papel de fazer adequações em seus currículos de acordo com a realidade e a cultura dos alunos. (MOTA, 2009).

O pesquisador também observa que o livro didático pode representar a cultura de um grupo social, no caso os brancos. Pensando nessa tal função podemos nos indagar de qual realidade o livro didático estampa em suas páginas e quem aparece favorecido na história e nas literaturas?

Segundo Silva (2005) o livro didático apresenta em uma forma bem simplificada e falsificada a realidade de vários segmentos da sociedade, quando se trata da figura do negro esse livro está carregado de estereótipos e caricaturado. Quando o professor ao se deparar com tais estereótipos e não tenta corrigir essa visão, ou simplesmente não percebe esse meio discriminatório, pode acarretar algumas reações negativas em seus alunos. Um aluno negro ou aluna negra que não ver representado a sua imagem de forma positiva leva para si toda carga negativa que lhe são apresentada, ocasionando a não aceitação de suas identidades e “tendem a não gostar de si própria e de seus semelhantes”

Silva (2019) pontua que os professores são os principais mediadores desses estereótipos que estão representados no livro didático, mesmo que na maioria das vezes esse ato mediador seja feito de forma inconsciente por parte do educador. Por isso torna-se importante haver um professor que olhe para o material didático de forma crítica e que possa denunciar as representações racistas. Como foi observado um pouco antes, é preciso que o professor busque conhecer a realidade de seu aluno para que possa melhor educar a criança e/ou adolescente, havendo o respeito a sua realidade e experiências.

Para Madeira (2016) o livro didático e a literatura são uma ferramenta transmissora de mensagens simbólicas, de relações de poder, e esse material está suscetível a reproduzir as desigualdades raciais, gênero e classe. Mas pode também ser um veículo para o combate do racismo. É também apontado em sua pesquisa que após a Lei 10.639/03 e as alterações feitas por ela nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, foi notado um aumento, mesmo que ainda muito singelo, da abordagem e na quantidade de estudos que falam sobre as relações étnico-raciais. Mas é observado também que além desses avanços ainda é presente, principalmente nos livros de história, o estereótipo do negro escravizado, sua imagem relacionado a miséria e pobreza ou somente sendo valorizados dentro da temática racial.

O estudo dos impactos que a Lei 10.639/03 causa ainda hoje no ambiente escolar é de extrema importância, pois como foi percebido ainda existem muitas dificuldades a serem ultrapassadas e haver uma discussão mais eficaz dentro das salas de aulas. É essencial compreender como os professores consideram a educação das relações étnico-raciais em seus planejamentos e em suas aulas, para que possa ter um olhar mais crítico a seu conteúdo e seu material de trabalho, a fim de não reproduzir discursos discriminatórios e nem reforçar estereótipos. Assim a escola e os professores devem, mesmo frente a dificuldades e precarização do ensino, achar meios para que se possa articular uma educação antirracista.

Instituições como a Unilab, que chegam com propostas diferenciadas, com cursos pautados em um currículo decolonial, se mostra uma grande aliada para se avançar as

discussões étnico-raciais, principalmente por ser uma instituição comprometida com ensino de qualidade, com política de ação afirmativa que agrega ao seu corpo discente uma grande diversidade de realidades, proporcionando educação superior para jovens e adultos que se encontram em grupos sociais vistos como marginalizados. Além da formação de novos profissionais que em sua bagagem acadêmica tem a consciência das práticas antirracista, possam chegar em sala de aula com um olhar mais crítico e que abraçam as diversidades.

7. CAMINHOS ENCRUZILHADOS: DOS PASSOS QUE ME TROUXERAM ATÉ AQUI E SUA CONTINUIDADE.

Durante o processo de construção desse projeto percebi que ele trata de continuidade, foi na leitura e no diálogo com homens e mulheres que antes de mim se dedicaram à pesquisa desse tema, que muito vieram trilhando e formando uma estrada de saberes. Foram esses mestres pesquisadores que, como guias, me levam por esse caminho, a fim de aprender, debater e também contribuir e continuar por esse caminho.

Foi na percepção e na valorização dos meus processos como estudante de escolas públicas e posteriormente como discente no curso de Bacharelado em Humanidades na Unilab, que percebi uma das partes importantes desse projeto, que foi o meu desejo e os impulsos de se pesquisar tal tema. Ao entrar na universidade, pouco sabia sobre a Unilab e sobre o Curso Bacharelado em Humanidades, me vi surpreendido pelos assuntos e o currículo diverso que o mesmo disponibiliza. Apresentado para uma cosmovisão de mundo totalmente diferente daquela que havia aprendido a enxergar e ampliando minha percepção e debate para temas que antes eu não distinguia ou achava que pouco me atravessavam, como a história e cultura de África, os debates raciais e de gênero. De início tais assuntos me pareceram difíceis e até mesmo estranhos, mas ora, como não seriam? Vindo de escolas onde os currículos pautavam apenas um saber e cultura como “certa” e “civilizada”, considerando apenas os saberes eurocêntricos, tornando assim as demais culturas e saberes como exóticos e não valorizados na construção do conhecimento e nas identidades dos alunos.

Porém, em minha graduação houve momentos em que me deparei com professores com métodos ainda muito tradicionais as normas ocidentais e situações em que me fizeram desmotivar, fazendo pensar será que realmente aquela instituição se diferenciava das escolas das quais eu vim e que via refletindo os mesmos métodos por parte de alguns educadores? Entendi um tempo depois que o espaço universitário não se firma sólido e inalterável, este espaço está em constantes mudanças principalmente por aqueles que ingressam e que modificam seus cenários constantemente. Houveram também muitos obstáculos fora do meio acadêmico que me fizeram desacelerar, por vezes até me fazendo querer desistir. Em muitos momentos tive que driblar essas barreiras sozinho, mas muitas vezes tive do meu lado pessoas que me apoiavam e que me deram forças, principalmente companheiros e companheiras que fiz durante o curso que sabiam e também experimentavam essas dificuldades. Foi criado então redes de apoio e de afeto, onde fui amparado e onde amparei colegas.

Comecei então a me reencontrar no caminho dessa pesquisa, o que me impulsionou não foi somente o currículo inovador e pautado em prática decoloniais que a Unilab tem, mas foi também por minhas escolhas em estar engajado em projetos de extensão e em disciplinas que abordavam, debatiam e que me aproximavam mais do meu tema escolhido.

Em minhas leituras me deparei com pesquisadoras como as professoras Rebeca Meijer, já citada nesta pesquisa, Geranilde Costa e Sandra Petit que abordam a *Pretagogia* que se configura em uma pedagogia e métodos pautados na cosmovisão africana, a valorização dos saberes orais, a valorização do corpo para o aprendizado, o aprendizado pela dança, pelo canto, pela luta. Isso tudo se junta para poder ensinar a cultura e a história da África e dos afrodescendentes. Foi e é algo que me inspira.

Lendo também Luiz Rufino (2018), que me esbarro em seu conceito de *Pedagogia das Encruzilhadas*, tal conceito que ele define como sendo primeiramente uma “reinvenção dos seres, a partir dos cacos desmantelados, o reposicionamento das memórias e a justiça cognitiva diante do trauma e das ações de violência produzidas pelo colonialismo.” (RUFINO, 2018, p. 74).

Percebo que este projeto se encontra na reconstrução das memórias, em recontar a história e fazer jus, por meio da educação, aqueles que por muito tempo foram apagados, negligenciados, deformados por meio do projeto colonial. Compreendo que tal pesquisa se forma como encruzilhada, um “*cruzo*”, assim como o autor, não pretendo construir um caminho epistemológico que “ignore ou negue os conhecimentos já produzidos pelo ocidente”, mas que haja um cruzamento e que se insira os saberes, as vivências e as histórias que antes fora visto como do *outro*, que estavam na margem da norma vigente. Mas, que ao se atravessarem forme um conhecimento potente, amplo, diverso, representativo, que transgrida as normas impostas.

Creio que minha pesquisa não se encerra aqui, assim como Rufino nos ensina, essa pesquisa se faz encruzilhada, tal encruza que não se encontra em um caminho único, mas que se abre para diversas possibilidades. Meu trabalho termina aqui, pelo contrário, ele abre um início para novos caminhos, caminhos de aprendizado, onde saberes se cruzam, caminhos de novas descobertas, no desejo de ir à campo, onde ao mesmo tempo podemos ser mestres e aprendizes. No trilhar de um caminho para uma educação libertadora, antirracista, pautada no respeito a diversidade e no olhar de um passado que pode nos ensinar reconstruir e reinventar o hoje.

8. CRONOGRAMA DE TRABALHO

ETAPAS	ANO					
	2020		2020		2021	
	1º SEM		2º SEM		1º SEM	
1. Revisão bibliográfica	X	X				
2. Definição da pesquisa/objetivos	X	X				
3. Elaboração do instrumento de pesquisa/coleta de dados	X	X				
4. Análise e discussão dos dados			X			
5. Elaboração do relatório de pesquisa	X	X				
7. Redação final do TCC					X	
8. Defesa					X	
9 Redação de artigos						X

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo, USP, 2005. (tese de doutorado)

EVARISTO, C. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Scripta, v. 13, n. 25, p. 17-31, 17 dez. 2009. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>. Acesso em: 13 ago. 2021.

FONSECA, Marcus Vinícius. **Apontamentos em relação às formas de tratamento dos negros pela história da educação**. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 28 p. 29-59, Maio/Ago 2009. Disponível em: <https://seer.ufgrs.br/asphe/article/view/29016/0> Acesso em: 25 jul. 2021.

GOMES, Arilson dos Santos. **A Unilab e as políticas de ações afirmativas para a promoção da igualdade étnico-racial**. In: MONTEIRO, Artemisa Odila Candé; LIMA, Ivan Costa (orgs). Unilab 10 anos: Experiência, desafios e perspectivas de uma Universidade Internacional com a África e Timor-Leste no interior da Bahia e Ceará – v. 1. Fortaleza: Imprece, 2021. p. 129 – 149

GOMES, Nilma Lino. **Educação Cidadã, Etnia, Raça: O trato pedagógico da diversidade**. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). Racismo e Anti-Racismo na Educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 83 – 95.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos**. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 01, p. 98-1009, Jan/Abr 2012. Disponível em: http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20currículo.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021

HABTE, Aklilu; WAGAW, Teshome; AJAYI, J. F. Ade. **Educação e Mudança Social**. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christopher. (orgs.). História Geral da África – África desde 1935. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília; UNESCO, 2011. p. 817 – 845.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IPECE Informe, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Fortaleza, Dez 2020.

KILOMBA, Grado. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**; tradução Jess Oliveira. 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MADEIRA, Thais Fernanda Leite. **Educar para as relações étnico-raciais: mudanças no campo normativo e o impacto no mercado editorial**; São Carlos, UFSCar, 2016. (tese de doutorado)

MARQUES, Janote Pires. **A Invisibilidade do Negro na História do Ceará e os Desafios da Lei 10.639/2003**. *Poiésis*, v. 7, n. 12, p. 347 – 366, Jun/Dez 2013. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/1830>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MEIJER, Rebeca de Alcântara e Silva. **Valorização da cosmovisão africana na escola: narrativa de uma pesquisa-formação com professoras piauienses**; Fortaleza, UFC, 2012. (tese de doutorado)

MOTA, Edimilson Antônio. **O olhar dos agentes escolares sobre a Lei 10.639/03: o desafio de sua implementação**. Campos dos Goytacazes, UENF, 2009. (dissertação Mestrado)

NEVES, Miranilde Oliveira. **A importância da investigação qualitativa no processo de formação continuada de professores: subsídios ao exercício da docência**. *Revista Fundamentos*, v. 2, n. 1, p. 17 – 31, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/fundamentos/article/view/3723>. Acesso em: 14 ago. 2021

RODRIGUES JR., Luiz Rufino. **Pedagogia das Encruzilhadas**. *Revista Periferia*, v. 10, n. 1, p. 71 - 88, Jan./Jun. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/31504/0>. Acesso em: 21 ago. 2021

SILVA, Ana Célia da. **A Desconstrução da Discriminação do Livro Didático**. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o Racismo na Escola*. 2. Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidades, 2005. p. 21 – 37.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. 3. Ed. Salvador: EDUFBA, 2019.

SILVA, N. J. da; ALMEIDA, M. das G. A. A. de. **Educação das relações étnico-raciais: um estudo de caso sobre os impactos da Lei nº 10.639/03 no cotidiano escolar**. *Revista Exitus*, v. 10, n. 1, p. 01 – 28, Ago. 2020. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/820>. Acesso em: 15 ago. 2021

SOUZA, Elisabeth Fernandes de. **Repercussões do discurso pedagógico sobre relações raciais nos PCNs**. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). *Racismo e Anti-Racismo na Educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 39 – 63.

TEIXEIRA, Cristiane Ramos. **Formação Continuada de Professores para Diversidade Étnico-Racial da Rede Municipal de Cariacica**. In: Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades: Ensino, Pesquisa, Crítica. 1., 2012, Vitória, ES. Anais... Vitória: DLL/Ufes, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/cnafricab/issue/view/383>. Acesso em: 13 ago. 2021.

10. ANEXOS

Anexo 1:

Questionário que seria utilizado para se realizar a pesquisa com professores da educação básica na cidade de Maracanaú – CE.

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS: A APLICAÇÃO DA LDB 10.639/03 E 11.645/08 NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE MARACANAÚ - CE

Eixo I: Perfil do (a) entrevistado (a)

1. Nome: _____
2. Idade: _____ Sexo: _____
3. Como você se autodeclara (Cor/etnia): _____
4. De acordo com as categorias do IBGE como se declara?
 - a) Branca () b) Preta () c) Parda () d) Amarela () e) Indígena ()
6. Natural do município de: _____ Hoje reside em: _____
7. A área onde reside é considerada: Rural () Urbana ()
8. Licenciado em que curso? _____ Ano: _____
9. Tempo de magistério: _____ Quais séries ensina? _____
10. Quais matérias você ensina? _____
11. O que motivou ser educador (a)? _____

Eixo II – Formação e experiência docente.

1. Durante a sua formação existiu na grade curricular teve alguma disciplina ou viu algum conteúdo que trazia a temática racial?
2. Qual foi seu primeiro contato com as Leis 10.639/03 e 11.645/08?
3. Você considera importante o Ensino da Cultura e da História dos povos indígenas e africanos nas escolas?
4. Como a sua escola tem feito para cumprir com a aplicação das referidas leis? E como você tem cumprido com essa aplicação dentro de sala de aula?
5. Como professor(a) você considera que está bem preparado(a) para abordar temas como raça, cultura africana e indígena e a diversidade étnica que temos em nosso país?
6. Considera que o currículo escolar está preparado de maneira que cumpra com as leis citadas?
7. Como os temas da lei vem sendo trabalhados na sua escola?
 - a) São abordados apenas em datas especiais e feriados destinados a consciência negra e dos povos indígenas ou;
 - b) São trabalhados com projetos específicos de forma interdisciplinar ou;
 - c) Não tem sido trabalhado em momento algum?
8. Diante do momento que estamos vivendo, com a pandemia da covid-19, quais dificuldades você observa para abordar os temas da lei em sala de aula?

Eixo III – Pesquisa e descolonização do currículo.

1. Você como agente educador (a) busca pesquisar a respeito das diversidades entre raças e etnias que existem no Brasil e sobre as relações étnico-raciais na sociedade e ambiente escolar?
2. Você já ouviu o termo descolonização do currículo e descolonização do saber? () Sim () Não
3. Se sim, fale um pouco sobre o que você conhece do assunto.